

O MOVIMENTO FEMINISTA E A CRISE DA MASCULINIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA POLÍTICA¹

Filipe Martins Ferreira²
Conrado Pável de Oliveira³

RESUMO:

Utilizando a psicologia política como fundamentação teórica para elaboração deste artigo, por ser a que mais se desenvolveu nos estudos dos movimentos sociais e também por ser responsável por trazer novas questões a serem discutidas para a construção de uma sociedade melhor, o artigo tem como objetivo principal propor uma reflexão sobre a construção histórica social da masculinidade como a conhecemos, pautada na ideia da existência de uma hegemonia masculina, ou seja, numa lógica machista e patriarcal, inter-relacionando com as contribuições dos movimentos feministas, que tiveram início na década de 60, e se intensificaram ao longo do tempo, assim como entender os seus impactos na reestruturação dos padrões de masculinidade como conhecemos, gerando uma crise de identidade dos homens pautada na lógica de uma hegemonia masculina. Tal crise da masculinidade pode ser entendida como um “efeito colateral” do movimento feminista que ganharam força a partir da década de 60, e, fez com que alguns homens buscassem resignificar e a buscar um modelo masculino que melhor descrevesse suas subjetividades na contemporaneidade.

Palavras chaves: Crise da masculinidade. Hegemonia masculina. Movimentos. Movimento feminista. Sociais. Psicologia política.

THE FEMINISTA MOVEMENT AND DE MASCULINITY CRISIS: REFLECTIONS FROM POLITICAL PSYCHOLOGY

ABSTRACT:

Using political psychology as a theoretical basis for the elaboration of this article, because it is the one that most developed in the studies of social movements and also because it is responsible for bringing new questions to be discussed for the

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) na Linha de Pesquisa Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas. Recebido em 28/10/19 e aprovado, após reformulações, em 28/11/19.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail: filipeferreira509@gmail.com

³ Mestre em Promoção de Saúde Pública e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). E-mail: conradopavel@yahoo.com.br

construction of a better society, the article has as its main objective. propose a reflection on the social historical construction of masculinity as we know it, based on the idea of the existence of a male hegemony, that is, in a macho and patriarchal logic, interrelating with the contributions of feminist movements, which began in the 60s. , and have intensified over time, as well as understanding their impacts on the restructuring of masculinity patterns as we know it, generating a crisis of men's identity based on the logic of a male hegemony. This crisis of masculinity can be understood as a "side effect" of the feminist movement that gained strength from the 60s, and made some men seek to reframing and to seek a male model that best describes their subjectivities in contemporary times.

Keywords: Crisis of masculinity. Feminist movement. Male hegemony. Political Psychology. Social movements.

1 INTRODUÇÃO

Ainda hoje, é muito comum que a mulher seja compreendida como se suas capacidades fossem limitadas ao serem comparadas à dos homens. Dessa forma, se torna de extrema importância, compreendermos a partir de uma perspectiva histórica quais foram os aspectos que levaram as mulheres a serem compreendidas como subalternas aos homens, assim como fazer reflexões sobre a forma como a mulher é tratada na sociedade, em que, muitas vezes, se submete a uma relação de poder desigual em relação ao homem, pois, a maioria deles ainda alimentam a ideia de que a mulher deve restringir-se ao papel de mãe e dona de casa, somente. (BOURDIEU, 2014).

Sendo assim, é possível perceber que sociedade contemporânea automaticamente reproduz comportamentos que são instituídos como inatos à natureza humana. Sendo repetidos sem nenhum tipo de questionamento, fazendo assim, sua manutenção ao longo da história. Porém, quando estes comportamentos são olhados de forma crítica, analisando sua historicidade, deparamos com o fato de que tais comportamentos foram, na realidade, aprendidos e moldados de acordo com o contexto sociocultural (BROUGÈRE, 2008).

Desde antes mesmo do nascimento, recebem um rótulo referente ao seu sexo, agindo, de acordo com este "rótulo" durante toda a vida e se portando socialmente de acordo com as características estereotipadas para o grupo ao qual foram destinados. E muitas vezes, estes estereótipos de gênero são reforçados pelos pais antes que a criança consiga ter entendimento para fazer

as próprias escolhas. Portanto, é necessário que haja uma tomada de consciência de que não existem modelos universais de homens ou mulheres. Embora seja percebida uma pluralidade nos modos em que cada indivíduo se insere nos universos tidos como “femininos” e “masculinos”, os homens quase nunca são questionados quanto à série de atributos que lhes são impostos. Em contrapartida, as mulheres que eram vistas como um suporte para a posição social do homem motivam acaloradas discussões acerca do abandono dessa posição subserviente para serem protagonistas da própria identidade (KEHL, 2008).

Sendo assim, é possível perceber que as concepções do mundo como conhecemos foi sendo construída ao longo do tempo e das sociedades, e uma das dimensões dessa construção é a formação de movimentos sociais, que aparecem com o intuito de romperem a lógica de comando vigente, possibilitando as relações democráticas de poder, o que, como demonstra a função desses movimentos, dinamizam as várias mudanças políticas a fim de alcançar uma democracia real. Os movimentos sociais e suas mobilizações contribuem para o reconhecimento de que há uma diversidade maior do que a que geralmente se torna visível nas sociedades, composta por grupos que reclamam por mais espaços. Tal fenômeno tem sido cada vez mais reconhecido como objeto de investigação por psicólogos sociais brasileiros. (GOHN, 2005).

A partir do momento em que o movimento feminista começa a questionar o ideal de homem na sociedade contemporânea, expressando sua rejeição aos atributos que outrora foram aceitos pela sociedade de forma normatizada, criou-se um ambiente de aversão à coerção e ao controle da sociedade patriarcal. Sendo o estopim para que houvesse um abalo da identidade masculina, provocando assim, uma crise da masculinidade. Portanto, à medida que o controle do homem sobre a mulher vem se desintegrando devido ao empoderamento feminino provocado pelo movimento feminista, mais vulneráveis os homens vão ficando, e o modelo de masculinidade, pautado na lógica da supremacia masculina, com a lógica do machão, viril, machista e agressivo, acaba sendo, cada vez mais, questionado, deixando evidente a necessidade da reestruturação de um modelo que melhor defina o homem contemporâneo (CECCARELLI, 2010).

Desta maneira, o objetivo geral deste artigo consiste em investigar a construção social da masculinidade ao longo da história inter-relacionando com a contribuição do movimento feminista na formação de uma nova masculinidade.

2 A HEGEMONIA MASCULINA, UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Para que possamos entender de onde veio a ideia de uma superioridade masculina, é preciso que façamos uma viagem até os tempos da Grécia antiga, onde, a posição social da mulher era equiparável a de um escravo. Tendo o seu papel social restrito em gerar e criar os seus filhos, assim como produzir o que era essencial à subsistência dos homens. Enquanto a estes, eram destinados os papéis políticos, filosóficos e artísticos (ALVES; PITANGUY, 1991).

Durante a era medieval, eram comuns os duelos da honra, que eram vistos como um símbolo de dignidade e reputação do indivíduo, assim, a covardia era considerada a pior ofensa possível. O impacto deste comportamento medieval em defesa da honra pode ser visto na contemporaneidade através do que se popularizou como “masculinidade tóxica”, na qual se justifica e até mesmo incentivam-se comportamentos violentos e a repressão de sentimentos afetivos, que, muitas vezes, são vistos como fraqueza (OLIVEIRA, 2004).

Ao término do período da revolução francesa, o modelo de família atinge os segmentos não burgueses unificando as ideias de sexo, amor e família. Instaurando na sociedade moderna o papel patriarcal. Como uma das consequências dessa perspectiva imposta, o ideal de sexualidade passou a ser vivenciado somente após o matrimônio, sendo importante que a virgindade fosse conservada até este momento. Sendo assim, a ideia de família nuclear acabou aprisionando o homem ao papel de provedor obrigatório e incontestável do lar. Sendo considerada uma afronta à sua masculinidade os arranjos familiares onde a mulher é bem-sucedida em sua carreira, e o homem, não. E essa lógica reverbera até os dias atuais (OLIVEIRA, 2004).

De acordo com as pesquisas científicas da época, só existia um modelo de sexo, que era o masculino. Assim, as mulheres passaram a ser entendidas como um homem invertido e inferior. Sendo assim, o que diferenciava um homem de uma mulher era a sua capacidade de reprodução. Portanto, a

maternidade se torna critério universal de diferenciação entre os sexos, reforçando a ideia de que a única função da mulher se dava em gerar e criar filhos, a aprisionando ao universo privado (COSTA, 1995).

Como consequência do surgimento de uma corrente de pensamento chamada “essencialismo biológico”, gênero passa ser utilizado como categoria de análise das relações de poder. Portanto, agora existem dois aspectos a serem analisados, os anatômicos, que são considerados naturais, e que determinam os sexos dos indivíduos, e, por outro lado, existem também os aspectos culturais, que acabam definindo os papéis esperados de cada sexo. O essencialismo biológico continuava se pautando nas diferenças anatômicas para definir os papéis esperados de cada sexo, o que acaba sendo transformada em categorias de manutenção de hierarquias já existentes, onde o pênis representa um instrumento de força e poder, e a vagina, de fragilidade e inferioridade. Assim, essa corrente de pensamento, corrobora com a ideia de que o homem deve continuar ocupando os espaços públicos enquanto a mulher deve continuar vivenciando o mundo privado, cuidadora do lar e dos filhos. Assim, percebe-se que mais do que características naturais, os órgãos sexuais femininos e masculinos são valores culturais socialmente construídos (DE TILIO, 2014).

Portanto, se para as concepções biológicas, homens e mulheres são considerados anatomicamente diferentes, agora, com respaldo científico, eles também se diferem nas esferas psicológicas, comportamentais e sociais. Pois, por motivos biológicos, os homens dominariam as mulheres (DE TILIO, 2014). E este biologicismo pode ser compreendido como uma relação de poder, mais precisamente como um aparato de dominação, onde se reduz o corpo às zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (PRECIADO, 2017).

Foi a partir da década de 1960 que a subordinação das mulheres passou a ser questionada, através dos movimentos feministas e de outras minorias sexuais. A partir disso, o essencialismo biológico começa a ser questionado e a expressão “gênero” deixa de ser empregada para se referir aos papéis sociais e sexuais de cada sexo, mas sim, para enfatizar as relações desiguais de poder entre eles, só que agora, não sendo mais entendido como uma estruturação biológica, mas sim, como uma construção histórica e social (GARCIA, 2010).

Ao ir de encontro às ideias do essencialismo biológico, Butler (2015) desenvolve a “teoria da performatividade”, onde afirma que desde o nascimento os indivíduos executam performances de papéis que são esperados de cada gênero. Que acabam sendo moldados através de repetições de atos que são socialmente construídos, muitas vezes, a manutenção de determinados comportamentos são feitos de forma automática, ocorrendo em situações do cotidiano.

Sendo assim, percebe-se que os meninos, desde a infância, são encorajados a aprender e a reproduzir comportamentos agressivos, seja por meio de jogos, brinquedos, brincadeiras e esportes. A própria construção das relações sexuais, pautadas no princípio em que divide, o masculino, como “ativo” e o feminino, como “passivo”, organiza e dirige a ideia de posse e dominação como atributo masculino, e, por outro lado, o desejo de ser possuído como característica do feminino (BROUGÈRE, 2008).

A repressão de sentimentos e emoções que são impostas pelo ideal de masculinidade se torna fator desencadeador de comportamentos violentos nos homens, pois, a repressão dos afetos, por si só, já é a expressão de uma violência sobre ele mesmo, entendendo que as emoções são inerentes a qualquer ser humano. O que muitas vezes, acaba se desenvolvendo de forma autodestrutiva através do abuso de álcool e outras drogas, ou através exposição a situações de risco (GARCIA, 2010).

De acordo com De Tilio, (2014), as contribuições de Butler acerca do desenvolvimento do masculino são de extrema relevância, pois, a partir do momento em que gênero passa a ser considerado como uma identidade social contextualmente construída, abre-se espaço para o questionamento destes padrões de dominação e opressão entre homens e mulheres, visto que não haveria uma única verdade sobre o sexo, mas sim, efeitos de uma naturalização de poder que podem, e mais importante, devem, ser revistos e reconstruídos.

3 ASCENSÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

O homem em nossa cultura, muitas vezes, é educado de forma a serem dependentes das mulheres no que diz respeito aos seus cuidados pessoais, enquanto as mulheres, desde pequenas, são moldadas de forma a se encaixarem na vida doméstica. O homem, majoritariamente, é visto como provedor do sustento da família, enquanto à mulher, como já foi discutido neste artigo, destina-se aos afazeres domésticos e na criação dos filhos. Os estudos acerca de gênero ganharam força com os movimentos feministas, quando se começou a questionar as diferenças fisiológicas e anatômicas entre os sexos, percebendo, que tais diferenças, não implicavam na superioridade de um gênero em relação ao outro (CECCARELLI, 2010).

O movimento feminista, enquanto movimento social surge a partir das ideias iluministas, se espalhado pela busca de direitos sociais e políticos. Logo no seu início, o movimento mobilizou mulheres na Europa e Estados Unidos, e só mais tarde, em alguns países latino-americanos. Após um breve período de calma e desmobilização, o movimento feminista ressurgiu na década de 1960 pegando carona em outros movimentos sociais da época, como o movimento hippie, por exemplo, que causou uma revolução dos costumes daquele período (DE SOUZA, 1998).

O objetivo central do movimento feminista é de defender os interesses de gênero das mulheres, questionando os sistemas culturais e políticos, que foram constituídos a partir dos papéis de gênero atribuído às mulheres no passado, que foram pautados por uma lógica machista (ÁLVAREZ, 1990).

Nos países latino-americanos, inclusive no Brasil, as primeiras manifestações do feminismo aparecem na metade do século XIX, através da imprensa feminista. Sob a influência das ideias socialistas e anarquistas que vieram para cá devido à migração de trabalhadores espanhóis e italianos, onde algumas mulheres se envolveram em lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de trabalho, além, é claro, do combate às discriminações e abusos a que vinham sendo submetidas devido ao seu gênero (VALDÉS, 2000).

Este primeiro momento do feminismo pode ser caracterizado como conservador no que diz respeito aos papéis de gênero, muitas vezes, reforçando esses papéis e estereótipos na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para as

suas demandas. As mulheres aceitaram o princípio da diferença sexual, mas, por outro lado, rejeitaram como sendo o pilar central da discriminação (MOLYNEUX, 2003).

Com a instauração do regime militar em 1964, os movimentos de mulheres junto com os demais movimentos populares foram massacrados e silenciados. E somente durante a década de 1970 que o feminismo volta a emergir no Brasil. Neste período, as mulheres de classe média, de nível universitário, juntamente com as mulheres de classe mais baixa, sem escolaridade, se organizaram para que suas reivindicações políticas feministas fossem incluídas no sistema político brasileiro (CECCARELLI, 2010).

Logo em 1975, sob o comando de Geisel, a ditadura militar começa a demonstrar sinais de fraqueza, permitindo assim, mais liberdade aos movimentos políticos, onde as feministas apoiavam a oposição. Fora do Brasil, os movimentos políticos também tiveram um impacto positivo sobre o movimento das mulheres brasileiras. As Nações Unidas, em uma tentativa de atenuar a desigualdade entre os sexos, apoiou o Dia Internacional da Mulher. E aqui no Brasil, Geisel permitiu que as mulheres realizassem encontros, conferências e demonstrações para celebrar este dia. Esta ocasião foi o renascimento do movimento das mulheres no Brasil. A partir deste evento, surgem mais grupos de mulheres em todo o país (CECCARELLI, 2010).

Além da criação de grupos para discutir o feminismo, houve uma importante mudança na direção da religião. Historicamente, a religião católica sempre se manteve ao lado das elites, e pela primeira vez, a igreja começa a tomar uma nova posição no Brasil, se atentando às necessidades das massas, assim como fizeram as religiões de matriz africana, que também exerceram papel fundamental no sentido do fortalecimento das mulheres, especialmente entre as negras de classe social mais baixa, oferecendo modelos de papéis positivos, que fortaleceram a representatividade da mulher em um lugar de liderança. O que proporcionou uma reformulação do papel social feminino, colocando, pela primeira vez, a mulher em papéis de liderança. (BOFF, 1992).

Já no início dos anos 1990, se multiplicaram as diversas formas de organizações e identidades feministas, o crescimento do feminismo popular teve como consequência fundamental a diluição das barreiras e resistências

ideológicas para o feminismo. Em janeiro de 1994, é realizada no Rio de Janeiro a primeira reunião preparatória para Beijing, trazendo novas energias ao movimento das mulheres brasileiro, que acabou estimulando o surgimento de fóruns em locais onde antes não existiam novos grupos e articulações locais. Foram realizados eventos em 25 dos 26 estados brasileiros. Apesar de ser a primeira vez as mulheres latino-americanas participavam de uma reunião mundial com uma rede organizada e integrada, serviu para possibilitar um aprofundamento da articulação conjunta no que se refere à atuação (ALVAREZ, 1990).

No Brasil, a ampliação dessas ações gerou o aprimoramento da legislação de proteção à mulher. Além disso, com a proximidade das eleições presidenciais, setores do feminismo brasileiro começaram um processo de tomada de consciência da urgência de uma articulação conjunta e articulada, com o intuito de garantir um compromisso de alguns candidatos com as pautas feministas, conseguindo assim, entrar e interagir com o Estado, mas, ainda assim, se mantendo autônomo, conseguindo elaborar e executar suas políticas (ALVES, 1991).

O feminismo foi capaz de criar novos espaços de atuação, possibilitando novas discussões das pautas feministas. Mas é importante entender que a cada vitória, novas demandas eclodem e novas formas de enfrentamento se tornam necessárias. O movimento feminista está longe de ser um consenso no mundo, enfrentando, até hoje, muitas resistências culturais e políticas. Portanto, dar respostas a essas resistências é o maior desafio que as mulheres poderão encontrar no cenário atual (CECCARELI, 2010).

4 PSICOLOGIA POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

É possível perceber que a principal característica das sociedades atuais diz respeito à sua pluralidade e diversidade, assim como a descentralização dos espaços públicos. Portanto, as ciências psicológicas sociais cada vez mais tentam compreender os movimentos sociais e seus desdobramentos (PRADO, 2001)

A conceituação de Psicologia Política ainda não é um consenso entre os estudiosos da área. Podendo ser apresentada de três formas diferentes, sendo o primeiro caminho entendido como uma relação entre dois campos distintos, a psicologia e a política. Outros autores a entendem como um novo campo disciplinar, contendo seus próprios fundamentos teóricos. A terceira via a enxerga como um espaço multidisciplinar que se ocupa em analisar os fenômenos da vida pública, entendendo as determinações sociais e os mecanismos de poder que operam nessa vida social (MONTERO, 2009).

A criação da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) em 2000 foi extremamente importante para que a Psicologia Política fosse reconhecida no Brasil, servindo como uma ligação entre pessoas que têm o objetivo de criar grupos para investigar a área e nem sempre conseguiam apoio. Outro marco importante para a consolidação da Psicologia Política no Brasil foi a criação, em 2001, de uma revista específica do tema, que tem como mantenedora a Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). A revista se destaca por ser uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política tendo como fundamento reflexões sobre os diversos possíveis comportamentos políticos nas sociedades contemporâneas (SILVA, 2012).

A Psicologia Política, cada vez mais, vem se ganhando espaço como o campo mais indicado para se estudar os movimentos sociais, justamente, por proporcionar uma fundamentação teórica capaz de discutir todos os elementos que compõe um movimento social. Devido à importância do tema para o entendimento da sociedade contemporânea, é preciso dizer, que na América Latina, os movimentos sociais estão entre os dez temas mais investigados pela Psicologia Política, sendo considerado um dos temas de maior relevância em países emergentes como o Brasil (SILVA, 2012).

Os movimentos sociais podem ser considerados os pilares de uma sociedade realmente democrática, afinal, a própria redefinição de democracia surgiu dessa luta. Pode-se considerar as mobilizações sociais como as marchas, paradas e ocupações, por exemplo, como sendo ritos, justamente, por romperem, mesmo que de forma temporária, a rotina de determinada área ou comunidade. Tais ritos sociais são considerados uma forma de comunicação que

possuem mensagens simbólicas que orientam para os ideais dos atores que os compõem (GOHN, 2003).

A principal motivação de um movimento social consiste na interação entre grupos com relações desiguais de poder. Onde os atores do movimento afirmam estarem sendo, de alguma forma, prejudicados ou ameaçados por aqueles que detêm algum tipo de poder. Essa conceituação se baseia na ideia de que o confronto que envolve uma relação de poder desigual entre os protagonistas do confronto tem características que ligam os movimentos sociais a revoluções, rebeliões e nacionalismos de base popular (TILLY, 2008).

É possível afirmar que os movimentos sociais sejam caracterizados por elementos de ordem política, ou seja, de ações coletivas, com estratégias comuns sendo marcados pelo conflito, a fim de buscar mudanças sociais através de um conjunto de crenças coletivas e valores compartilhados, como o sentimento de injustiça, por exemplo. Permitindo que os agentes que foram subjugados em relações desiguais de poder, constituam os movimentos sociais, intervindo nos conflitos, a fim de modificar as relações sociais estabelecidas. Portanto, quando se considera as repercussões psicossociais de um movimento, é possível notar que o seu sucesso independe do seu tamanho ou de sua organização, mas sim, da sua capacidade em expressar os sentimentos, preocupações e esperanças da coletividade que o compõe (SABUCEDO, 1996).

Antes mesmo da consolidação do conceito de movimentos sociais no Brasil, já era perceptível que as lutas do povo brasileiro foram fundamentais para que houvesse a emancipação de sua população, se tornando um dos principais pilares para a construção da cidadania como é entendida hoje. A própria formação da sociedade brasileira só pode ser entendida através do reconhecimento da participação popular na busca por justiça social para a consolidação de um Estado democrático (AQUINO, 2000).

Após a ditadura militar em 1964, mesmo que de forma lenta, o Brasil vem presenciado o surgimento e o crescimento de novas formas de olhar para os problemas sociais, com a percepção de que através dos movimentos sociais abre-se espaço para as reivindicações das massas. Cidadão dos mais diversos níveis socioeconômicos, etnias, orientações sexuais e de gênero tem reconhecido e demandado o seu direito à livre expressão e a participar de forma

mais ativa e política nas questões sociais, na esperança de que assim, possam garantir os seus direitos fundamentais (GOHN, 2003).

As discussões sobre a questão de gênero, provocadas pelo movimento feminista surge com o intuito de combater a subalternização das mulheres se constituindo como um campo de enfrentamento às relações de poder desiguais entre homens e mulheres. (AQUINO, 2000).

Desde os primórdios dos movimentos feministas iniciados no final do século XIX, formado por mulheres da classe média estadunidense, que sentiam estarem sendo submetidas a algumas práticas de exclusão, os movimentos de mulheres tem se desenvolvido no sentido de criar ofensivas contra as políticas sexistas que foram naturalizadas pela lógica da existência de uma hegemonia masculina (SILVA; CAMURÇA, 2010).

Além de abarcarem as demandas das mulheres, os movimentos feministas se tornaram um importante propulsor de movimentos que tratam da liberdade de expressão das orientações sexuais, levando em consideração a grande diversidade sexual humana e sua capacidade em vivenciar de forma livre a identidade de gênero de cada sujeito. Pois, o feminismo se refere a uma luta política contra as estruturas históricas que foram naturalizadas a partir de uma lógica machista, pautadas em uma visão binária para os gêneros (BENTO, 2011).

5 A CRISE DA MASCULINIDADE

A necessidade de olhar de forma crítica para os padrões de masculinidade teve início entre os séculos XVII e XVIII na França e na Inglaterra. A cultura baseada na ideia de uma hegemonia masculina, já nesta época, não respondia às necessidades geradas por uma sociedade cada vez mais ocupada por mulheres. Portanto, o papel da mulher que outrora era obrigada a se submeter às vontades do homem cede lugar às mudanças desses papéis que, cada vez mais, valorizam o campo feminino. Sendo assim, os séculos XIX e XX incorporam na sociedade contemporânea uma mulher ativa, independente, escolarizada e reivindicadora dos direitos civis e políticos muito distantes

daquela mulher de tempos idos, recatada, passiva e frágil, que fora construída em oposição ao masculino (BADINTER, 1993).

O movimento feminista, ao questionar os padrões de masculinidade, dá início a um processo de emancipação da mulher e expressa sua rejeição ao controle da sociedade patriarcal. E isso, foi importante para que houvesse um abalo da identidade masculina. Pois, o machismo acabou impondo às mulheres os pressupostos já antiquados de uma superioridade masculina. E é graças a essa visão, que até hoje, as mulheres tem salários inferiores quando comprados aos dos homens e possuem seus corpos e sexualidade censurados a todo o momento. Basta analisar a maioria dos xingamentos referidos às mulheres e perceber que todos dizem respeito à sua vida sexual. Até mesmo quando não há a intenção de criticar sua conduta moral ou, até mesmo, quando o alvo da ofensa é o homem a sexualidade feminina é colocada no foco novamente. Por exemplo, ao chamar um homem de “filho da puta”, a ideia é abalar sua honra, colocando-o em posição de vítima por ter uma mãe “puta”, como se coubesse a ele vigiar e controlar a sexualidade da mãe. Mas ainda mais alarmante é o número de mulheres que sofrem com a violência doméstica. A cultura baseada na hegemonia masculina acabou reduzindo a mulher a uma propriedade do homem. Portanto, a fim de tentar amenizar o cenário assustador de agressões ao público feminino, foi criada, em 2006, a lei 11.340, que ficou popularmente conhecida como a “Lei Maria da Penha”, que tenta garantir a proteção da mulher contra diversos tipos de violência, podendo ser entendida como violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. E ainda foi necessário, que em 2015, a lei tivesse seu artigo 121 alterado, colocando o feminicídio entre os crimes hediondos (KEHL, 2008).

O estereótipo da mulher frágil e indefesa, muitas vezes, é reforçado através de produções cinematográficas, músicas e do entretenimento geral, corroborando para as relações tóxicas de poder entre homens e mulheres. A própria constituição de família nuclear criou um padrão de feminilidade que perdura até hoje, tendo como função principal a promoção do casamento, impondo, mais uma vez, à mulher a posição de dona do lar e a adequação entre homem e mulher, de modo que a posição feminina sustenta a virilidade do homem. Apesar da existência de uma demanda social, que aprisiona a mulher

na obrigatoriedade da maternidade, tal imposição, geralmente, não é bem vista no mercado de trabalho, gerando, inclusive, demissões. Por outro lado, a paternidade é percebida como indicador de maturidade. E essa visão, parte da ideia de que cabe a mulher, obrigatoriamente, a responsabilidade pelo bem estar do filho, enquanto o homem pode optar ou não por participar da criação de seus filhos. (GARCIA, 2010).

Porém, na medida em que o controle do homem sobre a mulher vem se desintegrando, mais vulneráveis os homens vão ficando, e o modelo de masculinidade acaba sendo, cada vez mais, questionado. Portanto, é de extrema importância seguirmos no sentido de uma sexualidade em que liberte a sociedade das necessidades exclusivas de reprodução, indo no sentido do desenvolvimento da sexualidade sem nenhum tipo de hegemonia (GIDDENS, 1993).

Pois, é exatamente no rompimento das determinações sexuais que o homem consegue exercer o seu poder hegemônico, e é justamente nessa questão que se torna possível perceber a crise da masculinidade. Pois, ao se sentir culpado diante das recusas dos valores e papéis sociais ao qual o homem já estava habituado, em que foram tratados como se fosse natural e eterno, que é possível perceber o desamparo do homem. Afinal, a sociedade sempre foi pensada no masculino. Sendo assim, como reflexo do movimento feminista ocorrido no final da década de 1960, a “crise da masculinidade” contemporânea levou alguns homens a buscarem um modelo que melhor descrevesse sua subjetividade. Assim, a tal “crise” se configura como uma crise de identidade vivida pelo homem, sendo constituída pela tentativa de manter os padrões de masculinidade hegemônica e na impossibilidade de sustentá-la (BOURDIEU, 2014).

Retomando as discussões propostas no início deste artigo acerca da masculinidade hegemônica, pode-se dizer que tal conceituação exija dele uma postura machista, viril, heterossexual e agressivo, utilizando o uso da força e violência para mostrar que é macho e que se coloca em situações de risco para evitar qualquer tipo de demonstração de fraqueza. Portanto, o homem acabou se tornando vítima de sua própria dominação, obrigando a ele ter que provar a sua masculinidade a todo o momento, ficando em constante estado de vigília,

para que assim, possa se distanciar ao máximo do universo feminino. Pois, sua masculinidade é avaliada por outros homens que o qualificam como viril ou não. Por isso, a presença em guerras ou em situações de risco, assim como a própria homofobia, são atitudes usadas para demonstrar a outros homens quão machão, corajoso e forte se é, evitando ser ridicularizado ou inferiorizado, se afastando do risco de ser apontado como afeminado. Assim, com os questionamentos dos padrões de masculino, o homem idealizado como um ser viril é desmistificado (BOURDIEU, 2014).

Em contrapartida, os novos modelos de masculinidade têm colocado em evidência a preocupações de alguns homens quanto à redefinição dos papéis masculinos. Portanto, a partir dos anos 1990, os interesses em estudos sobre masculinidades se intensificaram e já naquela ocasião, chegaram à constatação de que os homens estariam entrando em “crise”, que tem como fundamento os questionamentos feministas contra a posição dominadora e patriarcal dos homens na sociedade. E é neste momento que se têm as condições para se criar uma nova subjetividade masculina, possibilitando uma reflexão do homem sobre ele mesmo, o que, em um primeiro momento, gera estranhamento. Pois, foram raras às vezes em que o homem precisou fazer perguntas sobre se próprio papel social (CECCARELLI, 2010).

Quando os primeiros estudiosos começam a se debruçar sobre a masculinidade no contexto brasileiro, desenvolveram suas hipóteses partindo da ideia já debatida da masculinidade hegemônica. Partindo do pressuposto de que o universo masculino se constrói a partir da oposição ao que é considerado como sendo do universo feminino. Porém, existe outra corrente de pensamento que parte da ideia de que a masculinidade não necessariamente é uma oposição ao feminino. Pois, se vivemos em um novo tempo, um novo padrão de comportamento masculino que se baseia em determinações mais flexíveis, está sendo criada. É justamente aí que a ideia de “novo homem” começa a ser postulada. Portanto, é importante ressaltar algumas contradições nos estudos deste “novo homem”, pois, muitos dos autores que se dedicaram a estudar a crise da masculinidade, desconsideram que alguns atributos como fragilidade, crise e conflito, fazem parte, tanto da esfera do feminino quanto do masculino. (SILVA, 2006).

Sendo assim, Nolasco (1997) se posiciona de forma crítica em relação a essas análises que partiram da categorização do feminino e do masculino e que se mantiveram fiéis à ideia de uma ciência absoluta que representa modelos globais de masculinidade e feminilidade. Enquanto as discussões sobre o surgimento deste “novo homem” forem atreladas a essa visão, surge um ambiente que proporciona o reforçamento da ideia de que o homem seja livre de qualquer tipo de conflito ou contradição. O risco ao se apontar atributos opostos ao significado de masculino e do feminino acabam reforçando estereótipos de uma visão genérica do que significa ser homem ou mulher. Desta forma, corre-se o risco de se cair em contradição, reforçando justamente aquilo que se pretende criticar.

O modelo de masculinidade para esta ideia do surgimento de um “novo homem” estaria baseado na permissividade de alguns comportamentos que historicamente foram restritas ao universo feminino, abrindo a possibilidade deste homem começar a demonstrar seus sentimentos, podendo amar e se emocionar publicamente sem se sentir constrangido ou fraco, aflorar sua sensibilidade e domar sua agressividade tão reforçada ao longo do tempo, assim como executar tarefas domésticas e participar de forma mais ativa na criação de seus filhos. Abre-se espaço, inclusive, para falhas sexuais e a novas possibilidades de identidades sexuais, enfraquecendo, cada vez mais, o machismo estrutural. Portanto, se a emergência é de uma pluralidade identitária, sem reduzir o sujeito a ordem de gênero sendo tratado como oposição ao feminino, tentar enquadrar a concepção do “novo homem” a algum modelo de masculinidade já criado, se torna uma forma contemporânea de alienação. Pois, quando passamos a ver somente a identidade sexual ou de gênero do sujeito, nós os reduzimos a esses atributos perdendo a essência do sujeito (BOURDIEU, 2014).

Sendo assim, os estudos precisam se mover no sentido de entender uma masculinidade ou feminilidade sem hegemonias. É preciso criar um ambiente que seja possível desconstruir a identidade masculina baseada nos modelos do patriarcado e do machismo, para que, assim, seja possível promover acordos subjetivos. Pois, quando for permitido ser, realmente, aquilo que se deseja ser,

será possível encontrar as singularidades e subjetividades de cada um (SILVA, 2006).

Apesar de ainda estarmos inseridos em uma cultura atravessada pela lógica machista, que norteia comportamentos, ações e sentimentos tanto de homens quanto de mulheres, é possível dizer, que a figura do “machão” esteja próxima a sua extinção. Homens e mulheres, cada vez mais, têm procurado oportunizar a manifestação de suas emoções, desejos e ocupações de espaços outrora negados, anunciando a ideia deste “novo homem” e de uma “nova mulher”. A mulher, cada vez mais, é destituída de seu lugar historicamente imposto do espaço privado, entendendo que é dela, também, o espaço público. Enquanto o homem, começa a fazer perguntas sobre seus próprios comportamentos, procurando um reposicionamento de sua condição masculina através da reestruturação de sua subjetividade (MOTA, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre os gêneros é caracterizada pelo poder dos homens sobre as mulheres e sua legitimação pela sociedade, o que caracteriza o processo de dominação masculina. A hegemonia masculina remonta a tempos antigos, em que muitas vezes, a posição social da mulher era semelhante à de um escravo, sendo reservada a ela o somente o espaço privado e a criação dos filhos. Tal visão se estendeu corroborando para a ideia de uma hegemonia masculina.

A dominação masculina é calcada pela tradição, pela naturalização do fenômeno que na verdade é uma construção histórica e social. Tanto a masculinidade quanto a feminilidade também são socialmente construídas. Sendo que a noção de masculinidade é normalmente entendida como uma metáfora de poder acessada pelos homens quando necessário. Desde o nascimento, os indivíduos recebem um rótulo de acordo com o seu sexo. E esse rótulo vem impregnado de comportamentos que são esperados tanto dos homens quanto das mulheres, sendo reforçados desde criança. Portanto, é preciso entender que não existem modelos universais de masculinidade ou de feminilidade como por muito tempo foi pensado.

O presente artigo buscou investigar a construção social da masculinidade, pautado na ideia de uma supremacia masculina, traçando um paralelo com os movimentos feministas que tiveram início na década de 1960, que surge com as ideias iluministas e provoca a redefinição das relações de poder entre homens e mulheres. Começando a questionar os papéis sociais impostos e esperados de cada sexo, se desdobrando em uma crise nos padrões de masculinidade contemporânea.

Com o movimento feminista, o modelo de masculinidade passa a ser questionado, e por ver tais valores tão enraizados sendo questionados, os homens começam a se sentir desamparados. Sendo assim, a dita “crise” da masculinidade, na verdade, é uma crise de identidade vivenciada pelo homem contemporâneo. Tornando quase que inevitável um rearranjo dos padrões de masculino, colocando à prova a figura do machão, que por muito tempo foi tida como a única possível.

Como referencial teórico para o desenvolvimento do estudo, foi utilizado contribuições de psicologia política, por seu aporte na análise dos movimentos sociais na constituição da subjetividade. Pois, os movimentos sociais que têm como prerrogativa principal a análise das relações de poder e seus impactos na constituição da realidade social. Contudo, junto com o movimento feminista, emergiu a ideia de um novo homem e uma nova mulher. A mulher, cada vez mais inserida nos meios sociais e o homem buscando a reestruturação de sua condição masculina.

Portanto, a revisão narrativa do artigo tem com prerrogativa primordial, proporcionar uma reflexão acerca de como os padrões de masculinidade foram construídos ao longo da história através da ideia de uma hegemonia masculina. Além de propor uma análise sobre a trajetória histórica do movimento feminista que supostamente ocasionou a desconstrução da lógica machista a partir de sua ascensão. Espera-se, ainda, contribuir com o desenvolvimento dos estudos de Psicologia Política, abordagem pouco trabalhada na formação em Psicologia. Além de contribuir com a escassa literatura científica sobre os estudos das masculinidades, sendo muitas vezes, encontradas de forma abundante na literatura informal, como canais ou blogs, mas sendo pouco trabalhada na literatura científica e no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS:

ÁLVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brasil**: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press. 1990.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Col. Primeiros Passos. Brasiliense, 1991.

FERNANDO, V. et al. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BADINTER, Elizabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BENTO, Berenice Alves de Melo. A (re) construção da identidade masculina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 26, p. 33-50, out. 1999.

_____. Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos. Em B. Medrado & W. Galindo (Orgs.). **Psicologia social e seus movimentos**: 30 anos da ABRAPSO (pp. 357-371). Recife: Editora Universitária da UFPE. 2011.

BOFF, Leonardo. **Church**: Charism & power. Liberation Theology and the institutional church. NewYork: Crossroad, 1992.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2008

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**. Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-833320140001000249&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26, set. 2019

CECCARELLI, Paulo Roberto. A Construção da Masculinidade. In **Percurso**: Revista de Psicanálise, ano X, nº 19, 2º semestre de 1997, pp. 49-56.

_____. Psicanálise, sexo e gênero. **Estud. Psicanal**. Belo Horizonte, n.48, p.135-145, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26, set. 2019

CONNELL, R. W; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. **A face e o verso**: estudos sobre o homoerotismo. São Paulo: Ed. Escuta, 1995.

DESOUZA, Eros. Comportamento humano numa vila global: uma perspectiva pós-moderna (construtiva) sobre psicologia comunitária do terceiro mundo. *Psicol. Reflex. Crit.* Porto Alegre, v.11, n.1, p. 147-160, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000100009&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 25, set. 2019.

GARCIA, Cláudia Amorim. Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero. *Psicologia em Revista*, 16(1), 81-102, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciênc. Saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.47-57, mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100011&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 26, set. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008

LEON, Magdalena. **Mujeres y participación política**: Avances y desafios en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

MOLYNEUX, Maxine. **Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado**. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia. 2003.

MONTERO, Maritza. Para que psicologia política?. *Rev. Psicol. polít.* São Paulo, v.9, n.18, p. 199-213, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2009000200002&Ing=pt&nrm=iso. Acesso em 30, set. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PRADO, Marco Aurélio M. Psicologia política e ação coletiva. *Rev. psico. polít.* 1(1), 149-170, 2001.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas da identidade sexual**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Rev. Estud. Fem.* 2005, vol13, n.1, pp. 179-183. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X005000100012&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 26, set. 2019.

SABUCEDO, José M. **Psicología Política**. Madrid: Síntesis, 1996.

SILVA, Alessandro Soares da. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. **Rev. psico. polít.** São Paulo, v.12, n. 25, p. 409-426, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17, out. 2019.

SILVA, Alessandro S. **Psicologia Política, Movimentos Sociais e Política Públicas**. Tese de livre docência. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo: USP, 2012.

SILVA, Came; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e movimentos de mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v.26, n.1, p.118-131, mar.2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26, set. 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Seis balas num buraco só: a crise do masculino**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TILIO DE, Rafael. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Gênero**, 14(2), 125-148, 2014.

TONIETTE, M. A. Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 17(1), 41-52. 2006

TILLY, Charles. **Social Movements: 1768-2008**. Boulder: Paradigm Publishers, 2008.

VALDÈS, Teresa. **De lo social a lo político: La acción de las mujeres latino-americanas**. Santiago: Lom Ed., 2000.